

O Congresso recebe o novo orçamento. Agora unificado.

O ministro do Planejamento, João Sayad, entregou ontem aos líderes da Aliança Democrática no Senado a proposta de orçamento da União para o exercício de 86, que será encaminhada oficialmente amanhã ao Congresso. Apesar de o Legislativo não ter ainda poderes para modificar a proposta, o ministro pediu aos líderes que o documento seja amplamente debatido, "para que dessa discussão nasçam sugestões, e o governo possa tomar iniciativas posteriores, no sentido de corrigir as distorções existentes". Ontem à noite, a Presidência da República distribuiu à imprensa a proposta de orçamento.

Ao líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, o ministro João Sayad anunciou, ainda, que a característica principal do primeiro orçamento da Nova República é a unificação dos orçamentos fiscal e monetário, que retira do Conselho Monetário Nacional poderes para fixar, por exemplo, o subsídio do trigo, os recursos para os Valores Básicos de Custeio e os preços mínimos da agricultura, entre outros, que agora passam a ser disciplinados e previstos no orçamento geral da União.

A idéia do governo, segundo informou o ministro do Planejamento, é submeter também à apreciação do Congresso o orçamento das estatais, a partir do próximo exercício financeiro, com a previsão não só da parte fixa de responsabilidade da União — manutenção e custeio —, como está previsto na proposta atual, mas também a parte de investimentos.

Outra novidade da proposta orçamentária, segundo explicou Carlos Chiarelli, é a previsão do déficit orçamentário, estimado em Cr\$ 185 trilhões, "que pela primeira vez é anunciado claramente ao País". A proposta confirma a prioridade do governo ao setor social, com a destinação de recursos superiores à inflação prevista para o próximo ano, de 160 a 180%, para a educação — que recebeu os 13% da receita tributária, previstos na emenda Calmon, ou Cr\$ 27 trilhões — Agricultura, Justiça (área da Segurança) e Trabalho (para estímulo ao emprego).